

Dossiê – Civismo e Cultura Cívica na Tradição Político-Cultural Brasileira

Helena Bomeny

Apresentação

Este dossiê foi provocado por uma Mesa-Redonda proposta, aprovada e apresentada no XV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), realizado em Curitiba, no final de julho de 2011. A mesa foi coordenada por Helena Bomeny (CPDOC/UERJ) e composta pela socióloga Angela Randolpho Paiva (PUC-Rio) e pela cientista política Christiane Jalles (CPDOC/FGV). *Civismo e cultura cívica na tradição político-cultural brasileira* foi o título que as proponentes submeteram, e que traduz de forma precisa, a nosso ver, as linhas fundamentais do que gostaríamos de discutir, e que, sumariamente, apresentamos aos leitores.

Socialização política, cultura política e cultura cívica são noções que se constroem como conceitos em vários contextos históricos e em distintas correntes e famílias teóricas no campo da Sociologia. Tais apropriações ganham mais ou menos ênfase em situações políticas características da vida em sociedade. No caso do Brasil, conjunturas específicas colocaram em perspectiva a centralidade dos processos de socialização política e cultura cívica com conteúdos associados à moralização de comportamentos, à formação de cidadãos para o desempenho laboral e à integração em processos de participação da vida coletiva. As disciplinas *Educação Moral e Cívica* (EMC) e *Organização Social e Política do Brasil* (OSPB) encarnaram um desses projetos de socialização, articulado com severos limites impostos à participação cívica e à formação moral dos cidadãos, visando a propiciar a consolidação do regime autoritário.

Os regimes autoritários cuidaram sistematicamente de transmitir um conjunto de noções com vistas à disseminação de orientações de comportamentos considerados adequados à vida comum. Formalizaram tais procedimentos em disciplinas específicas, que deveriam ser ministradas em distintos níveis de escolaridade, atingindo, inclusive, como no caso do regime civil-militar do pós-64, o ensino superior. Seriam tais iniciativas exclusivas dos regimes autoritários? Importa às democracias socializar os indivíduos na direção da participação cívica? De que maneira as teorias reagem ao legado de formação cívica?

As autoras compartilham uma inquietação intelectual que diz respeito ao aprendizado da participação cívica e suas distintas roupagens exibidas em contextos específicos da conjuntura histórica brasileira. Foi a percepção comum a respeito do problema sociológico relacionado à participação que estimulou a proposta feita à SBS, dando origem à mesa-redonda citada anteriormente. Onde, se e como se aprende noções de civismo? O que se ensina? O que é impedido de ensinar? De que forma países distintos valorizam ou não tal esforço, e em que momentos o discurso da participação cívica aparece de forma mais contundente e/ou mais esmaecida? Este é um tema clássico da Sociologia e da Ciência Política, em particular. Processos de aprendizado se relacionam com estímulos e orientações de socialização, transmissão de valores, internalização de crenças e rotinas comportamentais que se configuram em procedimentos.

Os regimes autoritários cuidaram de forma notável desse conjunto de noções e de sua transmissão. Tais evidências não são exclusivas do Brasil. Portugal e Espanha, por exemplo, países integrantes da Península Ibérica, deixaram um vasto registro de programas educativos de forte orientação ideológica, acompanhados de processos de repressão igualmente fortes o bastante para controlar desvios ou oposições consideradas nefastas ao programa de socialização. O controle ultrapassava disciplinas específicas. Como nos lembrou o pesquisador português Augusto José Monteiro, todos os regimes, especialmente os mais autoritários, “ciosos” das suas “verdades”, terminam por controlar a produção e a circulação dos compêndios escolares. Os de leitura, materiais didáticos de grande alcance social e de utilização intensiva (sobretudo no ensino primário) contam-se pela diversidade das temáticas e pela sua potencial força normativa entre os que são alvo de mais investimento e controle. (Além do mais, como se sublinhava em 1934, a língua é o mais rendoso instrumento educativo, porque por ali se dá o comércio das ideias e dos sentimentos.)

O texto de Helena Bomeny trata de recuperar tal projeto socializador, cotejando propostas clássicas que se construíram no legado do Pensamento Social Brasileiro, no qual se justificou todo um projeto de construção cívica em tonalidades distintas, mas sempre com o refrão moralizador de condutas consideradas indispensáveis à vida em sociedade. Mas foram os regimes autoritários que de forma mais contundente assumiram a responsabilidade por inscrever o ensinamento moral em disciplinas formais, e de tal modo o fizeram que a simples referência à disciplina de Educação Cívica provoca imediatamente a reação de associação às experiências de fechamento político.

Mas seriam tais iniciativas exclusivas dos regimes autoritários? Importa às democracias socializar os indivíduos na direção da participação cívica? De que maneira as teorias reagem ao legado de formação cívica? Este é o propósito fundamental do texto de Angela Randolpho Paiva. Atravessando clássicos da teoria social, como Alexis de Tocqueville, e chegando às postulações contemporâneas que tratam do desafio da participação cívica em contextos democráticos, Angela Paiva apresenta resultados de pesquisas recentes de que participou, com indicações preciosas que podem ser contabilizadas como custos e benefícios da participação de jovens na vida social. A participação não é homogênea, sequer extensiva ao conjunto da sociedade.

O texto seguinte nos mostrará um dos “recém-chegados” ao grupo que participa da vida política brasileira. Christiane Jalles amplia a questão trazida pelos dois textos anteriores, com a presença de um ator coletivo nem sempre considerado historicamente nos fóruns de representação política. Trazendo a experiência do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, produzido no CPDOC/FGV, Christiane Jalles contabilizou a atuação pública de mulheres e o formato irregular de sua presença no contexto político nacional.

Uma das preocupações que mobilizaram as integrantes deste dossiê foi discutir variações e dilemas conceituais que implicam o tratamento do civismo em nossa tradição cultural. O que nos mobilizou foi incorporar a discussão pensando na tradução contemporânea da questão do civismo em contexto democrático.

Democracia e civismo; autoritarismo e civismo: em que chave a questão mais se conecta nos casos aqui tratados? Nossa expectativa é que possamos provocar o debate e ampliar a discussão sobre formas possíveis de atuação reflexiva em ambientes de democracia. E que possamos, também, estimular um ambiente de troca intelectual a respeito de uma questão que consideramos crucial em qualquer experiência societária.

Helena Bomeny
Rio de Janeiro, outubro de 2011

